

Governo investe 40 mil euros em sistema de monitorização de redes sociais

written by Vitor Lima | 16 de Abril, 2026



O Governo português adjudicou um contrato no valor de cerca de 40 mil euros para a aquisição de um software de monitorização de conteúdos digitais, com o objetivo de acompanhar tendências mediáticas e reforçar a capacidade de resposta a crises de comunicação, segundo informação pública.

A ferramenta, desenvolvida pela empresa NewsWhip, permite analisar em tempo real a disseminação de notícias e publicações em redes sociais, identificando temas emergentes, níveis de alcance e envolvimento dos utilizadores.

“O objetivo é reforçar a capacidade de resposta do Executivo perante fenómenos mediáticos e tendências digitais”, indicou fonte governamental, sublinhando que o sistema atua exclusivamente sobre conteúdos de acesso público.

De acordo com dados disponíveis na plataforma Base.gov, o investimento insere-se numa estratégia mais ampla de **modernização da comunicação institucional e adaptação às dinâmicas digitais**.

A utilização deste tipo de tecnologia tem gerado críticas por parte de setores políticos e especialistas em privacidade, que alertam para os **riscos associados à monitorização sistemática da opinião pública**.

“Há uma linha ténue entre análise de tendências e monitorização da opinião pública”, referiu um analista ouvido pela Lusa, defendendo maior transparência no uso destas ferramentas.

O Governo rejeita qualquer intenção de vigilância individual, assegurando que a plataforma cumpre o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

“Não se trata de vigilância de cidadãos, mas sim de um instrumento de análise estatística e mediática, semelhante ao clipping tradicional”, acrescentou a mesma fonte.

Ferramentas deste tipo são amplamente utilizadas por governos, empresas e órgãos de comunicação social a nível internacional, permitindo antecipar crises reputacionais e ajustar estratégias de comunicação.

O caso português surge num contexto de **crescente recurso à inteligência artificial** na administração pública, reabrindo o debate sobre o equilíbrio entre eficiência governativa e proteção das liberdades individuais.

Fontes:

- *Base.gov (Contratação Pública)*
- *Declarações oficiais do Governo*
- *Informação institucional da NewsWhip*
- *Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)*